



O Fetiche da Palavra: contribuições sociológicas ao estudo da língua e da linguagem como fenômenos sociais

*Antonio Paulino de Sousa**

*Gamaliel da Silva Carreiro***

Resumo: O artigo discute a relação entre linguística e ciência da educação, especialmente a interface Cultura e Linguagem em educação. Adota-se a perspectiva sociolinguística, observando as relações de dominação vinculadas às linguagens e suas formas simbólicas. O sistema de ensino constitui um dos instrumentos mais poderosos no processo de unificação da linguagem. Daí se entende a contribuição que a linguística moderna pode oferecer à ciência da educação. A reflexão fundamenta-se em conceitos centrais como capital linguístico, habitus, mercado linguístico e códigos restritos/elaborados. Conclui-se que a prática cultural só existe em relação ao mercado que funciona como um sistema que impõe sanções e censuras específicas pois hierarquiza e classifica os diversos tipos de capital, relacionando-os com as propriedades sociais dos agentes detentores de capitais específicos.

Palavras-Chave: Linguagem; Educação; Mercado.

* Doutorado em Sociologia pela Université Paris Diderot (UPCité) e Doutorado em Ciências Sociais pelo Institut Catholique de Paris (ICP). Professor Titular em Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: antonio.paulino@ufma.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4512688817646871>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6260-5860>.

** Doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor em Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: gamasc72@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5237417408888487>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0139-7321>.

The Word Fetish: Sociological contributions to the study of language and language as social phenomena

Abstract: The article discusses the relationship between linguistics and educational science, especially the interface Culture and Language in education. A sociolinguistic perspective is adopted, observing the relations of domination linked to languages and their symbolic forms. The education system constitutes one of the most powerful instruments in the language unification process. This explains the contribution that modern linguistics can offer to the science of education. The reflection is based on central concepts such as linguistic capital, habitus, linguistic market and restricted/elaborated codes. It is concluded that the cultural practice only exists in relation to the market, which works as a system that imposes specific sanctions and censures as it hierarchizes and classifies the different types of capital, relating them to the social properties of agents holding specific capitals.

Keywords: Language; Education; Market.

La Palabra Fetish: Aportes sociológicos al estudio del lenguaje y del lenguaje como fenómeno social

Resumen: El artículo analiza la relación entre la lingüística y las ciencias de la educación, especialmente la interfaz entre cultura y lengua en la educación. Se adopta una perspectiva sociolingüística, observando las relaciones de dominación vinculadas a las lenguas y sus formas simbólicas. El sistema educativo constituye uno de los instrumentos más poderosos en el proceso de unificación lingüística. Esto explica la contribución que la lingüística moderna puede ofrecer a la ciencia de la educación. Se concluye que la práctica cultural sólo existe en relación con el mercado, que funciona como un sistema que impone sanciones y censura específicas al jerarquizar y clasificar los diferentes tipos de capital, relacionándolos con las propiedades sociales de los agentes poseedores de capitales específicos.

Palabras clave: Lengua; Educación; Mercado.

Introdução

The reflection is based on central concepts such as linguistic capital, Habitus and linguistic market.

Examinar a relação entre linguística e ciência da educação é um objeto que nos orienta a enunciar tanto o que é evidente quanto o que é contraditório na relação entre Cultura e Linguagens em educação. A linguagem supõe sempre o outro e a sociedade é dada e pensada como linguagem. A perspectiva adotada é da sociolinguística e, neste sentido, não podemos dissociar a sociologia da educação, da linguagem e da cultura porque elas pertencem a um mesmo objeto, qual seja: a relação entre sociedade e códigos linguísticos e, portanto, as condições socioculturais de aquisição dos códigos oficiais que são constituídos a partir da formação de uma unidade política, de um território. Desse modo, as relações de dominação, no sentido bourdieusiano, estão vinculadas às linguagens, a um território e suas formas simbólicas. A língua pode ser a mesma, mas as estruturas de relação são distintas e vinculadas às classes sociais e às posições sociais no interior das estruturas sociais. É neste sentido que podemos falar de linguagens. Não obstante, nem todas as linguagens ocupam a mesma posição ou tem o mesmo status no tecido social e são, portanto, socialmente classificadas e hierarquizadas. Dessa forma, existe, uma estreita relação entre dominação social e distintas formas de linguagens. Esse é um dos aspectos que aprofundaremos ao longo desse artigo.

Este trabalho é resultado de um longo esforço para entender as múltiplas formas dissimuladas de dominação existentes no tecido social. Em diversos processos investigativos realizados (Sousa, 2005, 2012, 2017), Sousa e Vasconcelos, (2006), Carreiro (2018), Carreiro e Sousa (2020) foram abordadas diferentes perspectivas das formas de dominação e de configuração da ordem social, incluindo, também reflexões sobre a linguagem. O presente artigo tentar reorganizar alguns dos resultados dessas investigações – fazendo um recorte teórico e metodológico das pesquisas anteriores quanto a questão da linguagem – revisando os materiais

acumulados no Brasil e na França (entrevistas e trabalhos de campo), bem como a literatura especializada, e incorporando novas perspectivas de modo a expor, o mais sistematicamente possível, alguns destilados teóricos que possam lançar luzes sobre a relação entre cultura, linguagem e dominação.

Propõe-se problematizar a relação entre linguagem e educação, enfatizando os debates que pensam a língua como algo muito além de um instrumento de comunicação. A língua como fenômeno sociológico engloba todos os demais sistemas de signos, daí a necessidade de se colocar em relevo, por exemplo, a relação entre língua e política e as reflexões de Saussure (1995) sobre a estreita ligação entre língua e espaço, asseverando o peso da língua oficial no processo de construção de unidades políticas e o papel do sistema oficial de ensino.

As reflexões se desdobram para pensar a relação entre língua, linguagem e posições sociais. Coloca-se em relevo a relação entre o domínio do uso correto da gramática oficial de uma língua e dominação social. Indaga-se sobre o papel destinado a escola e ao sistema de ensino e sua relação com o mercado das profissões. O sistema escolar estabelece relações com o mercado de trabalho, ocasionando assim, um processo dialético que relaciona a unificação do mercado escolar, com os diplomas que possuem um valor nacional, e a unificação do mercado de trabalho ligado diretamente ao desenvolvimento de um sistema administrativo. O mercado de trabalho, por sua vez, cria mecanismos de valorização ou de desvalorização social dos diplomas de acordo com a relação que estabelece entre a competência e as condições sociais de produção das disposições linguísticas.

Finaliza-se a reflexão aprofundando o debate sobre a língua como um instrumento de poder e de dominação simbólica, mas também de manutenção da estrutura social onde o sistema de ensino contribui, em parte, com o processo de desclassificação ao rejeitar os modos de expressão popular e inculcar o reconhecimento da língua legítima. A análise sociológica aqui explicitada aponta variáveis importantes para pensarmos o fracasso escolar pelo prisma da apropriação dos códigos linguísticos oficiais. No entanto, o modo de pensar substancialista é mais fácil e mais natural (Bourdieu, 1987, p. 150-151). Ao invés de pensar as coisas ou as

propriedades substâncias tais como o indivíduo, a sociedade, a classe operária, etc, o método relacional, afirma Bourdieu, conduz a caracterizar todo elemento pelas relações que os unem a outros objetos em um sistema de onde se retira todo o seu significado e sua função social, diz Bourdieu ao definir e romper com o conceito de substância fundamentando-se em Cassirer, dentre outros (Bourdieu, 1980, p. 11; Cassirer, 2001)

Pode-se observar que a grande contribuição da linguística moderna consistiu em aplicar ao mundo social um modo de pensar relacional, que é o forma de pensar da matemática e da física moderna, e que identifica o real – não a substância – mas às relações. Assim, o produto linguístico se realiza completamente na medida em que os esquemas de interpretação que os receptores e a apropriação criativa do produto proposto podem se distinguir (ou se distanciar) da lógica que orienta a produção do discurso. É através desses efeitos inevitáveis que o mercado linguístico contribui para a construção do valor simbólico do discurso, assim como para a constituição do sentido dos discursos (Bourdieu, 2001, p. 61).

A elaboração de um discurso que confere propriedades distintivas só pode ser percebida por um agente que tem o domínio prático dos códigos linguísticos que permitem diferenciar as diversas maneiras de dizer diferentes coisas. De igual modo o estilo só existe em relação a outros agentes dotados de princípios de percepção e de apreciação que permitem compreendê-lo como conjunto diferenciado e sistematizado. Por fim, o que circula no mercado linguístico não é a língua propriamente dita, mas os discursos estilisticamente caracterizados com suas formas bem estabelecidas.

Linguagens e Educação

Para Dufour as ciências da educação não utilizam muito as ciências da linguagem, e, quando se interessam, limitam-se a uma dimensão instrumental da língua (a língua é um instrumento que os sujeitos usam em benefício próprio); esquecendo a relevância das correntes

que se fundamentam nas teorias da enunciação, nas quais o indivíduo é objeto da língua e sujeito da ação (Dufour, 1988, p. 57). Ora, os processos de aprendizado e os atos educativos são, antes de tudo, a entrada em determinadas formas históricas de linguagem e se constituem como modo de inserção do sujeito em redes de línguas que se dão por intermédio dos atos de linguagem. A dominação dos códigos linguísticos é condição indispensável para a emergência do sujeito como ator social e não apenas como instrumento de produção. Neste caso, a enunciação poderia ser um excelente instrumento para atribuir significados.

A ciência da Educação não é uma ciência fechada em si mesma, e por isso mesmo não enriqueceu, na medida em que dialogou e incorporou múltiplas contribuições, das ciências humanas e sociais. Uma parte significativa da produção científica deste campo provém dos diálogos estabelecidos com a sociologia, a psicologia, psicossociologia, história e, não menos importante, a economia. A título de exemplificação, o ato educativo tem sido analisado ao longo das últimas décadas a partir do diálogo com essas e outras ciências, especialmente as ciências da linguagem, devido a importância que esta assumiu logo após a emergência da linguística. Dufour analisa as contribuições que as ciências da linguagem podem dar às ciências da educação.

Alguns estudiosos da temática sugerem que a função essencial da língua é a comunicação (Martinet, 1970). Para Jakobson (1975), os fatores indispensáveis da comunicação verbal (destinatário, contato ou canal, mensagem, contexto e código), derivam da teoria da informação e privilegiam a mensagem. Estas visões da linguagem foram muito utilizadas como pressupostos para reforçar o entendimento da língua como instrumento. Para Dufour, todavia, o princípio teórico norteador presente na obra de Jakobson diz respeito a uma concepção da enunciação (Dufour, 1988, p. 59). A concepção de enunciado de Benveniste é pertinente, e segundo ele, é na e pela língua que o homem pode se constituir como sujeito da enunciação. Esta concepção é contrária à definição da língua como simples instrumento. Assim, o homem é dominado pela língua até o momento em que ele não a domina. Nas palavras de Dufour, o homem é

causa da língua que o causa, ele fala a língua que o forma (Dufour, 1988, p. 59).

O homem é formado pela linguagem e essa linguagem lhe dá acesso às formas de saber, de trabalho, de lazer e formas de relações sociais. Desse modo, a linguagem é mais do que dizer, no sentido informativo do termo. Habitualmente é no centro do dizer que se afirma o fazer. Neste caso, é da natureza política do fazer que depende a qualidade e a forma do dizer institucional. Na verdade, são as condições de produção do enunciado, a posição ou a situação do sujeito da enunciação que se referem aos dados econômicos, políticos, sociais e individuais, que podem adquirir um status de processo discursivo (Ostrowetsky, 1977, p. 6). É como ato da linguagem que o referente se constitui como realidade política ou cultural, como código ou como regra.

A apropriação de uma determinada forma de linguagem corresponde à incorporação de novos hábitos de pensar e novas lógicas. Assim, o processo de formação pode ser compreendido como uma apropriação da linguagem, como a instalação do sujeito em uma linguagem específica (ou várias), ou seja, em um sistema simbólico no centro do qual se encontram todos os demais sistemas. A língua engloba todos os outros sistemas de signos (Benveniste, 1974, p. 65). A significação se interessa pelo enunciado como produto.

O termo enunciação deriva da palavra enunciar, do latim *enuntiare* que significa fazer conhecer do exterior; daí o termo exprimir que é oriundo do vocabulário da retórica. No quinto capítulo, do livro *Problèmes de linguistique générale*, vol.2, sobre o *aparelho formal da enunciação*, Benveniste define a enunciação como a ação que consiste em colocar em prática a língua através de um ato individual de utilização; acrescenta ainda que a enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. (Benveniste, 1974, p. 80-81). O locutor apropria-se do aparelho formal da língua e enuncia igualmente sua posição de locutor através de índices específicos; na enunciação a língua expressa uma certa relação com a sociedade, com o mundo (Benveniste, 1974, p. 82).

O ato de linguagem é sempre individual, mas ao mesmo tempo trata-se de um ato social, visto que a língua é um objeto através do qual os indivíduos se unem no que nós chamamos de discurso. A palavra é então um ato individual e a língua é por definição uma instituição social. Apenas a língua se constitui como um sistema e a palavra, como parte de sistema linguístico, é um ato individual, pode ser referência ao acidental e ao caótico. Os trabalhos de Jakobson, de Benveniste e Austin esclarecem certos elementos de um enunciado ao integrar os discursos a certos dados do contexto enunciativo. Uma das importantes contribuições da linguística foi descobrir a língua como atividade central do ato formativo.

Essa perspectiva remete à análise sociológica do sujeito, à forma como o sujeito se apropria da linguagem e aos seus impactos nos mundos da vida, no sentido weberiano (a estética, a política, a econômica, a religiosa, a ciência etc.). Dessa forma, a análise da linguagem como fenômeno sociológico possui uma interface importante com as unidades políticas, revestindo-se, portanto, de grande relevância para a teoria sociológica.

A Língua como unidade política

É a política que confere os limites geográficos e demográficos da língua oficial ao construir a unificação de um campo linguístico. Assim, a língua de uma nação não se impõe apenas pela força de suas regras intrínsecas, pela sua estrutura e forma. A compreensão de uma língua supõe uma análise prévia das condições sociais e políticas de sua institucionalização. A comunidade linguística é entendida, então, como um grupo de pessoas que utilizam o mesmo sistema de signos linguísticos, como um conjunto de locutores homogêneos em relação ao domínio do código linguístico. Daí porque os linguistas incorporam um objeto pré-construído e esquecem as leis sociais de construção da língua. O esforço de Saussure consiste em mostrar que não é o espaço que define a língua e sim a língua que define o espaço (Saussure, 1995, p. 275-278). Saussure observa que nem

todos os dialetos e nem todas as línguas conhecem os limites naturais, tal como a inovação fonética (substituição do S ao C latim). Ele insiste sobre a força intrínseca da sua lógica, sua autonomia, assim como o espaço de difusão dos sujeitos falantes.

Na concepção de Saussure, a língua é o conjunto de convenções sociais que tornam possível a comunicação entre todos os que aceitam o código legislativo das práticas comunicativas que existem e subsistem fora dos seus utilizadores e que apresentam todas as propriedades de uma língua oficial. Logo, a língua oficial beneficiou-se das condições políticas e institucionais. Tais elementos estão expressos na constituição de um Estado, de uma burocracia e de um sistema escolar que são necessários para a imposição e a inculcação da língua oficial. A legitimação e reconhecimento da língua oficial pela população de uma determinada nação contribuem para reforçar a unidade política que funda os seus modos de dominação através da unidade mínima de comunicação e das condições de produção e crença em um mercado linguístico (Bourdieu; Boltanski, 1975, p. 3). Nesse sentido, a tentativa de estados-nação de eliminar/exterminar um determinado dialeto ou uma língua praticada localmente dentro de seus limites territoriais, muitas vezes, é motivada pela clareza “maquiavélica” de que a integração daqueles sujeitos será mais fácil à medida que o passado linguístico desses grupos é apagado pelo desaparecimento da língua local e pela incorporação da língua oficial.

A análise de Bourdieu permite estabelecer a relação entre a unificação política e a unificação linguística. Para ele, o campo linguístico é um sistema de relações de força propriamente linguístico que reproduz a relação entre as classes sociais correspondentes a hierarquias sociais e relaciona o campo linguístico com o campo político. Nesse sentido, a sociolinguística elaborou uma teoria das relações entre a dominação política e a dominação simbólica.

A unificação de um mercado dos bens simbólicos, por meio da imposição de uma língua oficial, produz um novo conjunto sistemático de práticas linguísticas e discursivas. O processo de unificação do mercado linguístico inclui necessariamente uma classificação e hierarquização das

diferenças e distinções linguísticas (existentes nas diferentes regiões), tomando como parâmetro uma língua oficial que se transforma em língua padrão. Nesse processo, hierarquiza-se também os diferentes membros das diferentes classes sociais ao medir e classificar suas produções linguísticas segundo o que foi estabelecido artificialmente/politicamente como modelo a ser adotado.

Na ausência de uma codificação que é constitutiva de uma língua oficial, as línguas existem em um estado prático sob a forma de um habitus linguístico e de produções orais entre cidades e regiões onde as pessoas se compreendem. O que é exigido da língua é apenas que ela assegure a intercompreensão, não se tratando de impor a língua como norma. A unificação política e a constituição de um campo linguístico que são dominados pela língua oficial criam a fala oficial em oposição a outras falas. Esta relação objetiva de dominação simbólica e econômica afeta o valor dos produtos linguísticos dos diferentes locutores e modifica as disposições e as práticas sociais. Tudo que é do domínio da cultura diz respeito a valores, a um sistema de valores. Claro, de uma articulação entre os valores, valores estes que são impressos na língua (Beveniste, 1974, p. 22).

Essa relação simbólica tem efeitos reais no plano econômico e político. Para Bourdieu, o economicismo linguístico conhece somente uma forma de interesse que é o interesse econômico. O campo econômico é apenas um espaço em relação ao qual se estruturam as ações e os conflitos sociais. As instituições econômicas são, portanto, resultado de uma construção como bem observa Norbert Elias. A teoria materialista da economia das trocas simbólicas considera que há interesses que são propriamente simbólicos e exigem investimentos no campo das práticas simbólicas – prática de uma língua estrangeira, por exemplo – e as relações de violência simbólica que podem ser resultado da busca de satisfações dos interesses simbólicos. O confronto entre as produções linguísticas de diferentes classes e frações de classe se materializa nas relações de força simbólica que reproduzem as relações de forças econômicas e políticas entre as classes sociais correspondentes (Bourdieu, 1975, p. 5). O valor social dos produtos está relacionado à posição hierárquica que o agente ocupa na

estrutura da sociedade e é, ao mesmo tempo, resultante dos modos de produção do discurso, das condições de produção e de suas formas de distribuição.

A unificação do mercado linguístico e a imposição da legitimidade da língua oficial diuturnamente ratificada nas estruturas estatais de dominação legítima produz a desvalorização dos discursos linguísticos das classes populares que não conseguem elaborar discurso conforme as regras e normas da língua oficial¹.

Por sua vez, a defesa de um capital linguístico ameaçado, como as línguas antigas, só pode salvar o valor da competência com a valorização do mercado, ou seja, com o conjunto das condições políticas e sociais de produção dos produtores e consumidores. O latim, por exemplo, não tem um valor intrínseco (lógico), o seu valor depende da prática da língua latina e do espaço que ele ocupa no mercado unificado dos bens simbólicos (Bourdieu, 1982, p. 45). O lugar que o sistema de ensino oferece às diferentes línguas só é importante devido à valorização que é dado no mercado linguístico.

Linguagens e afinidade eletiva

A palavra é um constituinte da frase. A frase é a última unidade que a linguística estime ter o direito de se ocupar. Nós sabemos que a linguística não se encerra com o estudo da frase. A frase é uma ordem e

¹ Não obstante isso, importa salientar que os *habitus* linguísticos, partilhados por aqueles situados no polo dominado, são capazes de competir com língua oficial – sobretudo no microuniverso em que os dominados vivem – pela hegemonia da língua falada. Neste caso, embora os dominados reconheçam uma hierarquização dos sistemas linguísticos, no qual os seus hábitos linguísticos ocupem posições desfavoráveis/dominadas frente aos códigos da língua oficial, localmente tais hábitos linguísticos são reproduzidos e positivados socialmente desconsiderando/ignorando os códigos do polo dominante. Desse modo, os *guetos* dominados encontram formas de resistir à hegemonia do polo dominante e a construção ou manutenção de um código linguístico próprio pode ser lido como uma manifestação dessa revolta, desse enclave de resistência. Infelizmente, o espaço desse artigo não nos permite avançar mais por este caminho teórico, pois extrapolaria as balizas da discussão proposta aqui. No entanto, importa pontuar as reflexões profícuas de Labov (2008) sobre este debate.

não uma série e ela não pode ser reduzida sem um conjunto de palavras que a compõem. Ela se constitui como uma unidade original, um enunciado. Mas o discurso como conjunto de frases é organizado e, através dessa organização, o discurso aparece como uma mensagem de uma outra linguagem, superior à língua dos linguistas. Jakobson observou bem que entre a frase e o seu além, existe uma transição. Essa transição é a coordenação que pode agir para além da frase. Nesse sentido, o discurso tem as suas unidades, suas regras e a sua gramática. Roland Barthes sustenta o postulado segundo o qual existe uma relação de homologia entre a frase e o discurso na medida em que uma mesma organização formal regula todos os sistemas semióticos. O discurso seria uma grande frase cujas unidades não seriam necessariamente constituídas por frases. Essa última é compreendida como um pequeno discurso (Barthes, 1981, p. 9).

A frase, para Flaubert², é simultaneamente uma unidade de estilo, uma unidade de trabalho e uma unidade de vida (Barthes, 2000, p. 178). Assim sendo, a linguagem é uma expressão da totalidade da vida humana, das suas dimensões sociais e culturais. Ao considerar o desenvolvimento de alguns povos ocidentais, Benveniste (1974) constata que a língua e a sociedade progridem separadamente. Assim, os tipos de línguas simples e complexas são observados em um índice infinito de variedades e são encontradas em qualquer nível da cultura. Na sociedade existe um sistema de parentesco, sistema de relações, de divisão e é o sistema de classes sociais que é organizado em função da produção (Benveniste, 1974, p. 93). A língua é ao mesmo tempo um instrumento de análise da sociedade e um instrumento de poder, pois é a língua que fornece a base de diferenciação entre o indivíduo e a sociedade.

Mas o que é a língua? Para Saussure a língua não se confunde com a linguagem, ela é uma parte determinada e essencial. Ela é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pela sociedade para permitir o exercício da faculdade

² “Antes eu morrer como um cachorro, do que apressar em um segundo a minha frase que não está madura” (Flaubert, *apud* Barthes, 2000, p. 178).

da língua nos indivíduos. No seu conjunto, a linguagem é física, fisiológica e psíquica³. A língua é um todo em si e um princípio de classificação. A esse princípio de classificação podemos afirmar que o exercício da linguagem repousa sobre a faculdade que nós temos da natureza, ao passo que a língua é adquirida e é convencional (Saussure, 1995, p. 25).

Partindo de uma interpretação de Saussure e se distanciando do mesmo, Chomsky considera que um grupo social, definido pela profissão e pelo status do conjunto de seus membros, elabora sua própria gramática e relações de comunicação específicas. Para Chomsky, é preciso considerar que a gramática de uma língua é um sistema de regras que caracteriza as estruturas profundas e superficiais assim como suas relações transformacionais (Chomsky, 2001, p. 48). Por sua vez, Basil Bernstein elabora a hipótese segundo a qual o patrimônio cultural de uma classe social se transmite mais pelo código de comunicação produzido pela classe do que pelo código genético (Bernstein, 1975, p. 191). Assim, quando as crianças se socializam em um determinado grupo ou classe social que oferece poucos estímulos intelectuais, tal socialização engendrará uma forma de comunicação que traz informações sobre as disposições intelectuais, sociais e afetivas das crianças. Não por acaso, Bernstein se distanciará das explicações oriundas da biologia para explicar o sucesso ou o fracasso escolar e propõe pensá-los em termos de causa e efeitos da relação entre as classes sociais e os sistemas de comunicação.

O sistema de comunicação das classes populares oferece elementos muito ricos, porque possui um registro metafórico considerável e possibilidades estéticas originais, dando existência a uma sequência de significações variadas. No entanto, nos domínios do saber, no sentido de Foucault⁴, a ordem das relações pertinentes em direção à qual o sistema de

³ A psicologia e a psicanálise têm relações estreitas com a linguagem; a linguagem tem uma função de investigação de Freud como bem analisa Benvenista no livro *problèmes de linguistique générale*, vol. 1 (Benveniste, 1966, p. 75-87). No entanto, não seria possível abordar esta questão no âmbito deste artigo.

⁴ Sobre a relação entre disciplina, campos do saber e domínio do saber. Ver Sousa (2010).

comunicação orienta as crianças, não está em afinidade com o que é exigido pela instituição escolar.

Naqueles casos em que a criança, por meio da frequência à escola, consegue abandonar parte do *habitus* linguístico de sua posição social, incorporando o *habitus* exigido pelo sistema oficial dominante – materializado no sistema de comunicação escolar, no domínio do saber instituído e na ordem das relações transmitidas – consegue também alcançar o desenvolvimento social e simbólico exigido pelo sistema oficial. E, no caso contrário, é fonte de ruptura e mudança de ordem simbólica e social. É o poder de ação, de transformação, de adaptação que é a chave da relação humana entre a língua e a cultura. Isto é resultado da diferença radical entre os sistemas de comunicação oficial e não oficial e da hierarquia/dominação que existe entre eles no tecido social⁵.

A lógica de cada sistema deixa claro o princípio de todas as equivalências, ou seja, a identificação ou não com o sistema de comunicação dominante. Deve-se considerar que a lei de transmissão do capital linguístico é um caso particular das leis de transmissão legítima do capital cultural entre as gerações. Ora, uma determinada forma de relação social influencia a escolha do que deve ser dito ou não dito, a partir do momento em que o que é dito e a maneira de dizer determina a escolha dos locutores tanto no nível da sintaxe quanto no nível do vocabulário a ser empregado.

A forma que um adulto utiliza, por exemplo, para se dirigir a uma criança é caracterizada por um tipo de discurso cuja sintaxe e vocabulário são simples. O vocabulário conserva testemunhas insubstituíveis sobre as formas e fases da organização social, sobre os regimes políticos e sobre modos de produção que foram utilizados em determinadas sociedades históricas. Na verdade, cada sujeito fala a partir de si mesmo, cada indivíduo se determina como sujeito em relação a outro sujeito

⁵ Embora não seja possível aprofundar o debate, merece menção nessa reflexão a avaliação dos limites do que seja inclusão ou educação inclusiva. É inclusiva apenas para aqueles sujeitos sociais, independente das posições que ocupem no tecido social, que se submetem as regras estabelecidas e inflexíveis do sistema linguístico dominante.

(Benveniste, 1974, p. 98). Mas é a rede de relações complexas e a relação com a linguagem que determina os modos de enunciação e cada classe se apropria de forma diferente dos termos gerais da língua materna.

Segundo esta lógica, as formas diferenciadas de relações sociais podem criar condições para a emergência de sistemas de discursos ou códigos linguísticos diferentes. Quando a criança aprende sua língua materna, os códigos específicos, ela aprende também as exigências da estrutura social na qual está inserida. É, portanto, através dos processos linguísticos que a estrutura social se torna o substrato da experiência social da criança, a fala e a escuta tornam-se momentos específicos de interiorização da estrutura linguística e social, o que reforça sua identidade social. Desta forma, o estilo de vida de uma criança, que pertence à classe dominante ou dominada, é resultante da interiorização da estrutura social que acontece por intermédio da estruturação dos enunciados e dos discursos. Em outros termos, as crianças aprendem os papéis sociais através dos processos de comunicação. E, assim sendo, como uma língua é interiorizada e utilizada? Para responder a essa questão é preciso, nos diz Chomsky, abstrai-la para fazer um estudo separado e independente do sistema cognitivo. Trata-se de um sistema de conhecimento que é desenvolvido desde a infância e está relacionado a diversos outros fatores que determinam os comportamentos que se observam na vida cotidiana (Chomsky, 2001, p. 22).

Em regra geral, as crianças aprendem os papéis sociais de acordo com a posição que a família ocupa na estrutura da classe social à qual ela pertence, o que significa acesso a determinados sistemas de discursos ou códigos diferentes que podem contribuir ou não com a construção de disposições sociais e intelectuais bem diferentes. O código é entendido como um princípio de seleção dos enunciados que exercem uma função de regulação.

Para Bernstein existem dois tipos de códigos fundamentais que são definidos em função da facilidade ou dificuldade a partir da qual é possível prever as escolhas sintáticas e o vocabulário que o sujeito utiliza para organizar as suas significações. Ele entende que o código elaborado é

aquele cuja forma de discurso é difícil de ser prevista, porque a escolha sintática é feita a partir de uma série extensa de possibilidades que pode ser estruturada de forma maleável. Em contrapartida, o código restrito é mais fácil de ser previsto, porque a série de enunciados representativos e as escolhas sintáticas são elaboradas a partir de uma série limitada de opções.

A diferenciação lexical de certos campos semânticos é bem maior no caso do código elaborado. Isto, na medida em que não é a situação que determina a escolha sintática e o campo semântico, mas é somente com a especificação da teoria que se pode definir as escolhas do sujeito em uma situação social determinada. Embora não se possa desconsiderar a possível existência de componentes genéticos que dificultem o processo de aprendizado, Bernstein insiste sobre o fato de que a noção de código é uma referência aos determinantes culturais do sujeito e não aos determinantes genéticos (Bernstein, 1975, p. 193). Cada nível de competência corresponde a uma performance diferente. A competência linguística não é apenas uma capacidade técnica, mas uma capacidade estatutária que é acompanhada por uma capacidade técnica. A competência legítima é a capacidade estatutária reconhecida em uma pessoa autorizada a utilizar a língua legítima em situações oficiais.

A eficácia mágica da competência linguística é inseparável de uma instituição que define as condições que devem ser consideradas para que as palavras possam exercer sua função de dominação simbólica (Bourdieu, 1982, p. 64-69). Assim, os enunciados não podem existir sem um ato institucional que lhe confere a razão do seu ser social; a competência linguística é também uma das manifestações no sentido de direito à palavra e ao poder da palavra (Bourdieu, 1982, p. 74). Desta forma, todo discurso é produzido pelo e para o mercado linguístico ao qual ele deve sua existência e suas propriedades mais específicas. Na verdade, são as leis do mercado linguístico que definem as condições de aceitabilidade.

O sistema dos discursos exige uma construção verbal mais complexa no caso do código elaborado. É assim que o sujeito que dispõe apenas do código restrito – aquele aprendido no seio de sua posição social dominada – encontra dificuldades para assimilar outras formas de

comunicação que pressupõem relações e papéis sociais diferentes. Um código restrito pode conduzir a interdição de certas mudanças de papéis sociais. O discurso, nas palavras de Bernstein, é considerado como expressão condensada da estrutura social e do consenso que o fundamenta (Bernstein, 1975, p. 195). É por isto que ele considera os códigos restritos e elaborados como códigos que estão vinculados às posições sociais.

Os discursos recebem um valor que se estabelece concretamente entre as competências linguísticas de produção e a capacidade de produção e apropriação dos diferentes sujeitos engajados em uma luta pela apreciação mais favorável possível de seus produtos. Trata-se de uma produção que é socialmente classificada, caracterizando as unidades de produção linguísticas socialmente classificadas (Bourdieu, 1982, p. 60-61). Goblots observou que:

Durante muito tempo a diferença fundamental entre um burguês e um homem do povo era o domínio do latim. É conhecido que o saber aumenta o valor do trabalho [...]. O interesse pelo latim é uma distinção fundamental entre a cultura restrita e a cultura elaborada, ou seja, distinção entre as classes sociais. (Goblots, 1989, p. 87, 93-94).

Convém lembrar que o campo de produção cultural é, por definição, um espaço de diferenciação entre as frações dominantes da classe dominante e as classes dominadas que estão envolvidas na luta pelo controle da cultura legítima. Sem entrarmos em uma análise sistemática do problema, é somente no processo de integração dos grupos sociais em diferentes sistemas culturais que as frações da classe dominante encontram produtos ajustados a seu gosto, em matéria de teatro, pintura e decoração (Bourdieu, 2001, p. 70). Esta concepção de ajustamento dos gostos implica em modificar os modos de percepção e assimilar, ao mesmo tempo, novos códigos que permitem apreciar e valorizar determinados objetos culturais que não estavam presentes no processo de socialização primária.

O problema do discurso não se limita ao estilo e à maneira de dizer (a escolha da linguagem), mas também ao que deve ou não ser dito. É o

conhecimento e reconhecimento prático das leis do mercado e das sanções que determinam as modificações das estratégias dos sujeitos do discurso. É preciso, portanto, pensar nas condições de transmissão do conhecimento. É a partir deste problema que podemos falar das condições de transmissão do conhecimento entre as gerações.

Papel social e códigos linguísticos

Os papéis sociais e códigos linguísticos são dois tipos de códigos que se diferenciam também pelo tipo de papel social que cada um exprime; tal distinção se dá entre papéis sociais abertos e fechados. O sistema de papéis fechados se caracteriza por uma série reduzida de opções linguísticas que o sujeito dispõe para expressar os significados, logo, quanto maior a redução dos códigos, mais coletivos eles se tornam, resultando em um discurso simples. Em oposição a este, o sistema de papéis abertos é aquele que dispõe de uma série de opções bem mais extensa. Quanto mais extensa for a série, mais as significações serão individuais e o discurso bem mais complexo.

A distinção é entre as significações objetivas e as significações subjetivas. Esta última distinção permite esclarecer melhor a dicotomia entre os códigos. As duas representações opostas estão relacionadas a critérios de sucesso. Como bem diz Bourdieu, ao se referir ao mercado dos bens simbólicos, “Eis o que faz com que, neste mercado, o sucesso conduza ao sucesso” (Bourdieu, 2001, p. 65). É, pois, indispensável analisar as condições de acesso aos bens ofertados no mercado de bens simbólicos. Para Bourdieu, a ideologia populista de abertura deste mercado às massas deve ser entendida como uma estratégia nos conflitos internos de um campo:

Os ocupantes de uma posição dominada em um campo especializado podem ter interesse em utilizar a homologia estrutural entre as oposições internas de um campo e a última oposição entre as classes para

apresentar a procura por uma clientela, no sentido econômico do termo [...], sob a aparência arrogantemente democrática de abertura às massas, denominação eufemística e imprecisa atribuída às classes dominadas. (Bourdieu, 2001, p. 116).

Ora, um sistema de papéis abertos tende a criar condições para a expressão de novas significações e exploração de um campo conceitual complexo, ao passo que um sistema de papéis fechados tende a limitar a invenção e, além disso, limita também o campo de possibilidade de exploração conceitual. Onde o sistema é fechado à criança ou ao indivíduo, é interiorizado um sistema simbólico sem grandes chances de modificá-lo. Se o sistema de papéis é aberto, a criança ou o indivíduo tem mais chances de construir novas significações. A insistência constante de Bernstein incide sobre os papéis sociais e códigos linguísticos. Há pessoas que podem se expressar em um código elaborado quando escrevem, mas não conseguem fazer o mesmo com a língua falada.

Na relação entre a fala e a escrita é possível ver a discriminação dos alunos oriundos das posições dominadas. Sobre isso, França assevera:

Se atentarmos para o fato de que o Enem solicita dos alunos saberes adquiridos ao longo de suas vidas, no entanto só avalia positivamente o conhecimento validado pela escola, dentre eles o uso da chamada norma culta da língua (França, 2011, p. 19).

A presença da fala na escrita é um problema que se observa com frequência nas redações do Enem, por exemplo. Neste caso, a redação torna-se um instrumento a partir do qual é possível observar as distinções entre os alunos que são portadores de um código elaborado e aqueles que possuem apenas o código restrito.

A organização do sistema escolar tem por função reduzir as possibilidades de passagem de um tipo de papel a um outro e de um tipo de código a um outro, do código restrito ao elaborado e vice-versa. Para melhor definir as condições gerais que influenciam o desenvolvimento de um código elaborado e de um código restrito é preciso considerar as

instâncias de socialização, a família, o grupo (neste caso de acordo com a idade), a escola e o trabalho. A complexidade do trabalho de apropriação dos códigos linguísticos, por exemplo, é um dos grandes fatores de mudança do código restrito para o código elaborado na medida em que ele modifica os papéis profissionais e seus fundamentos linguísticos (Bernstein, 1975, p. 197).

O fracasso escolar é um campo de investigação profícuo para ilustrarmos a amplitude do fenômeno aqui tratado. O fato de pertencer a uma determinada classe social tem uma grande influência nas atitudes em relação à escola e seus impactos reverberam nas escolhas profissionais. As crianças das classes dominadas, de um modo geral, dispõem apenas do código restrito e isto está relacionado ao sistema de papéis que caracteriza suas famílias, a comunidade e o meio profissional. Pode-se esperar que as atitudes destas crianças diante da escola poderão trazer problemas de aprendizado que não estão relacionados especificamente ao código genético e sim ao código de comunicação cultural determinado no espaço e no tempo.

No código que estas crianças aprendem a atenção maior é dada, para definir e desenvolver suas experiências individuais, ao canal extra verbal. A construção verbal de seus discursos é organizada de forma simples se comparada às crianças cujo discurso é elaborado a partir do código elaborado. Isto significa que as preferências (sobretudo em relação às disciplinas e os tipos de leitura) são diferenciadas (Bourdieu, 2001, p. 92). Situado em outra posição, o código elaborado cria condições para que a criança fique atenta às possibilidades ofertadas por um conjunto conceitual complexo que permite elaborar uma visão da experiência interior, utilizando-se de um sistema de comunicação mais complexo. De fato, o campo dos aprendizados possíveis difere radicalmente de um código linguístico a outro e até mesmo as disposições sociais e intelectuais, as formas de inovação e de revolta. Assim, nos diz Bernstein, é possível que o atraso relativo de muitas crianças das classes populares que moram em bairros com forte densidade demográfica ou das zonas

rurais estão relacionados às causas culturais e se deve também aos processos linguísticos (Bernstein, 1975, p. 197).

Os limites e dificuldades encontrados pelas crianças de classe popular para utilizar os conceitos abstratos, os fracassos no campo da linguagem e a incapacidade para tirar proveito da escolarização, possuem, portanto, uma forte relação com os limites que são impostos pelo código restrito. Para essas crianças, a entrada na escola implica em uma mudança de código e uma mudança nas relações com os pais e o seu próprio “[...] enraizamento num meio social. Os estudantes põem-se de acordo, com muita frequência, para escamotear a simples nomeação da profissão de seus pais, seja ela qual for” (Bourdieu, 2015, p.58). Considera-se ainda que, ao mesmo tempo, se oferece, a essas crianças, escolas com péssimas condições e muitos professores com a qualificação mínima exigida. A relação destas duas variáveis é também condição indispensável para a compreensão do fracasso escolar. O código restrito é, portanto, uma forma de discurso que simboliza uma cultura fundada em uma classe social portadora de uma estética que lhe é específica e, ao mesmo tempo, é portadora de inúmeras significações que são socialmente desvalorizadas.

É importante compreender que um dos aspectos fundamentais relativos às propriedades da linguagem é o aspecto criador da utilização da linguagem. Na concepção de Chomsky, a maior parte da utilização que fazemos da linguagem é inteiramente nova. A linguagem é um instrumento de pensamento e de expressão individual. Não obstante isso, as teorias de Bourdieu apontam que o bom uso do código elaborado é produto de uma competência que é uma gramática incorporada.

O termo gramática é entendido aqui como sistema de regras que é instituído como normas imperativas do discurso a ser efetuado (Bourdieu, 1982, p. 52). Para Bourdieu, é fundamental, em qualquer análise sociológica do fenômeno, explicitar as condições sociais de incorporação do código elaborado como princípio de produção e de avaliação da palavra. Desse modo, a gramática corretamente utilizada, a palavra bem empregada e o vocabulário ampliado ganham importância fundamental e são meios utilizados no tecido social para promover a distinção entre os

agentes sociais. Não podemos, portanto, compreender os efeitos sociais da língua legítima considerando apenas as condições de produção da língua literária e de sua gramática, é necessário também levar em consideração as condições sociais de incorporação do código elaborado como princípio de produção e de avaliação da palavra (Bourdieu, 1982, p. 52).

O fetichismo do código elaborado

O aspecto fetichista da reprodução da língua legítima que se concretiza na realidade é bem descrito pelas propriedades contidas no código elaborado, sobretudo quando não se leva em consideração as condições sociais de produção e de reprodução social e cultural (Bourdieu, 1982, p. 39). O código elaborado é constituído como norma absoluta de todas as práticas linguísticas que só podem ser pensadas na lógica da desprivatização. A relação de dominação entre o código restrito e o código elaborado conduz à canonização da língua da classe dominante, do código elaborado. Sobre isto Foucault observa que:

Creio que existe um terceiro grupo de procedimentos que permitem o controle dos discursos. Desta vez, não se trata de dominar os poderes que eles têm, nem de conjurar os acasos de sua aparição; trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles (Foucault, 1996, p. 36-37).

Ora, mas a norma linguística se impõe a todos os membros de uma comunidade linguística e, mais particularmente, ao mercado escolar. Naquelas situações em que educadores e educandos ocupam posições sociais semelhantes, os conflitos são diminutos. No entanto, ele se acirra na medida em que estes sujeitos pertencem a posições sociais diferentes. Esta norma se impõe também em todas as situações nas quais é exigido o domínio da língua oficial.

A língua, nas palavras de Chomsky, é indivisível e fundada sobre a exclusão de toda variação social, sobre o privilégio das propriedades formais da gramática em detrimento das coerções funcionais (Chomsky, *apud* Bourdieu, 1982, p. 7). O esforço desse autor (Chomsky) é dirigido contra o estruturalismo e sua forma de abordar a linguagem é exatamente o inverso (Benveniste, 1974, p. 16). Chomsky considera a língua como uma produção. É certo que o homem produz certos modelos, mas variando infinitamente (Benveniste, 1974, p. 18-19).

A língua como produção não se limita a um ato de comunicação, ela é também um instrumento de poder e de dominação simbólica. As relações sociais são interações simbólicas e as relações de comunicação são fundamentalmente trocas linguísticas e relações de poder entre os sujeitos e seus respectivos grupos sociais ou classes sociais. Trata-se de uma relação de produção e de circulação linguística como a relação entre disposições linguísticas e o mercado sobre o qual os produtos culturais são ofertados.

A competência linguística, portanto, não pode ser definida fora das condições sociais de produção. Para Bourdieu, a gramática define apenas parcialmente o sentido. Assim, é na relação com o mercado que se opera a determinação completa do significado do discurso (Bourdieu, 1982, p. 15). O que circula no mercado não é a língua, mas os discursos e suas características estilísticas tanto do lado da produção quanto do lado da recepção e isso, na medida em que cada locutor contribui com a produção da mensagem que ele se apropria. O estudo da língua e da competência linguística pressupõe que as condições econômicas e sociais de aquisição da competência legítima e da constituição do mercado sejam consideradas. As condições sociais e culturais criam condições para a imposição da definição legítima e ilegítima da língua e da linguagem. Chomsky não leva em consideração estes elementos e esta é uma crítica fundamental que Bourdieu lhe faz (Bourdieu, 1982, p. 25). Em um outro perspectiva de análise, Saussure propõe considerar também a relação da língua com o espaço. Para ele não é o espaço que define a língua, mas é a língua que define o espaço.

Para Bourdieu esta filosofia da história, que faz da dinâmica interna da língua o único princípio dos limites de difusão, não permite observar o

processo político de unificação desta onde se determina os agentes falantes e se define a língua oficial que deve ser aceita. A língua em Saussure, deve ser entendida como código legislativo e comunicativo que existe objetivamente em detrimento dos seus utilizadores (palavras), tem todas as propriedades reconhecidas pelo discurso oficial. Esta língua beneficia-se de todas as condições de institucionalização que são indispensáveis para sua codificação e imposição para o conjunto de uma determinada sociedade. É o reconhecimento institucional de uma certa autoridade política que reforça a autoridade que funda a dominação. Ela assegura que todos os membros de uma mesma comunidade linguística utilizem os mesmos signos linguísticos, ou seja, o mínimo de comunicação que é condição para a produção econômica e a dominação simbólica (Bourdieu, 1982, p. 26-27).

A língua é produzida pelos autores que têm o poder da escrita. Ela é fixada e codificada pelos gramáticos e professores que são encarregados de inculcar nas novas gerações o domínio legítimo de sua versão oficial. A língua é um código, isto é, são cifras que permitem estabelecer equivalências entre sons e sentidos, mas também no sentido de normas que regulam as práticas linguísticas, estando vinculada ao Estado não somente como gênese, mas também como usos sociais. É no processo de constituição do Estado que são criadas as condições de constituição do próprio mercado linguístico unificado e, ao mesmo tempo, dominado pela língua oficial, que é obrigatória em espaços oficiais tais como a escola, a administração pública, as instituições políticas etc.

A língua de Estado se transforma, portanto, em norma teórica de todas as práticas linguísticas e os sujeitos residentes dentro desta unidade são submetidos, indistintamente, a uma legitimação jurídica dos títulos escolares que conferem uma performance linguística. Um modo de expressão legítimo só se impõe mediante a criação de um mercado linguístico unificado onde as diferenças são julgadas de acordo com a língua oficial. A integração na mesma comunidade linguística é uma condição indispensável para a instalação de relações de dominação linguística.

Bourdieu ilustra esta questão explicitando o caso específico dos médicos e professores franceses que devem suas posições sociais ao domínio

dos instrumentos de expressões e foram beneficiados economicamente com a política e unificação linguística da Revolução (Bourdieu, 1982). O conflito entre o francês da inteligência revolucionária e os idiomas e dialetos é um conflito cujo centro de interesse é o poder simbólico, cuja importância está relacionada à formação e à re-formulação das estruturas mentais. Neste sentido, não se trata apenas de comunicar, mas de lutar pelo reconhecimento de um novo discurso de autoridade, que possui um novo vocabulário político e uma nova representação do mundo social ligada aos interesses dos grupos sociais. A imposição de uma língua legítima contra as demais faz parte de uma estratégia política destinada a assegurar a eternização das conquistas da Revolução pela produção e reprodução de um “novo homem”.

Conclusão

A linguagem não é uma realidade autônoma. A competência linguística é socialmente determinada e inscrita no *habitus* linguístico dos agentes sociais que são submetidos ao jogo dos diferentes mercados linguísticos. Esse problema da língua pura é exatamente o mesmo que Bourdieu elabora em relação à Economia pura. O espírito de cálculo é resultante de condições sociais de produção do cálculo e, portanto, de determinantes sociais e políticos. Esse problema está posto na crítica à Economia política elaborada por Marx (2011) a diferença é que Marx aplica à produção de bens materiais para compreender a emergência do capitalismo. No caso de Bourdieu, desde os trabalhos na Argélia, o problema central diz respeito à produção de bens culturais e simbólicos. Nesse sentido, a análise que Eric Hobsbawm faz da obra de Bourdieu é pertinente quando afirma que o procedimento de Bourdieu e Marx não são divergentes, mas complementares, na medida em que são semelhantes e são aplicados a objetos distintos. A teoria crítica de Bourdieu da produção dos bens simbólicos é uma grande contribuição para a sociologia da linguagem e a economia dos bens simbólicos que discutem, dentre outros, o problema da distribuição de capitais e de bens culturais.

A prática cultural só existe em relação ao mercado linguístico. Nesse sentido, toda ação em uma conjuntura determinada onde existe, de um lado, as disposições socialmente adquiridas e um capital linguístico que implica em falar e dizer determinadas coisas e uma certa capacidade de falar definida como capacidade linguística. É esse capital linguístico que engendra diversos discursos gramaticalmente conforme a capacidade social que permite utilizar adequadamente essa competência nas diversas situações que se apresentam na estrutura do mercado linguístico (Bourdieu, 1992, p. 121).

Esse mercado linguístico funciona como um sistema que impõe sanções e censuras específicas na medida em que hierarquiza e classifica os diversos tipos de capitais, relacionando-os com as propriedades sociais dos agentes detentores de capitais específicos. Nesse sentido, a prática prima sobre a estrutura e a análise deve dar conta dessa dupla dimensão das trocas simbólicas. Toda a reflexão de Bourdieu partiu de uma interrogação sobre a prática: como os comportamentos podem ser regulados sem serem produtos da obediência a uma regra? Esta reflexão de Bourdieu sobre a relação entre prática e estrutura se inspira na filosofia de Wittgenstein (Bouveresse, 1987 e 1995; Costey, 2004; Sousa, 2015).

Os discursos (ou atos da palavra) correspondem a modos de uso da linguagem e não se reduzem às frases. Deve-se sempre examinar a língua em situação social, ou seja, na sua aplicação prática. A prática se define como enunciações de frases que pertencem a determinados códigos (gramática) em uma determinada situação; o que caracteriza essa prática é que ela se constitui em um mercado das trocas linguísticas. As relações de troca são determinadas pelas condições sociais de produção do discurso e, assim, algumas falas têm mais valor do que outras ou algumas são mais toleradas do que outras. A enunciação diz respeito a um domínio prático da palavra incorporada no *habitus* de cada agente que antecipa e distingue o que convém e o que não convém dizer em determinada situação. Existe um senso prático que associa o código linguístico com o código social que é permitido utilizar em determinadas circunstâncias. O mercado linguístico não é apenas o espaço de expressão da palavra, mas ele permite compreender que a palavra é sempre

uma troca na qual o receptor tem um papel na avaliação da palavra formulada como uma troca mercantil.

O estudo do mercado linguístico como objeto de investigação importante da sociologia possui como corolário a investigação do papel da escola como espaço de reprodução simbólica e, simultaneamente, de luta entre as diferentes posições sociais pela palavra legítima.

A escola e o sistema de ensino funcionam como estruturas estruturadas dispostas a manter a estabilidade das posições sociais no tecido social. A escola é, por excelência a instância de legitimação do capital linguístico na sociedade. A dinâmica das relações e dos embates das posições sociais historicamente define um vencedor e a escola reproduz os códigos elaborados da elite dominante. Ela transformou, portanto, o capital linguístico da classe dominante em “capital legítimo” operando como um dos principais mecanismos de reprodução social e cultural. A variável linguística é uma dimensão essencial que revela o poder das práticas discursivas e as desigualdades de acesso aos códigos linguísticos elaborados.

Referências

BARTHES, Roland. *Introduction à l'analyse structurale des récits*. Seuil, 1981

BARTHES, Roland. *O grau zero da Escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BERNSTEIN, Basil. *Langages et classes sociales: Codes sócio-linguistiques et contrôle Sociales*. Paris: Éditions de Minuit, 1975.

BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. vol. 2. Paris: Gallimard, 1974.

BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. Le fétichisme de la langue (et l'illusion du communisme linguistique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 1, n. 4, p. 2-32, 1975. DOI: <https://doi.org/10.3406/arss.1975.3417>

BOURDIEU, Pierre. *Le Sens pratique*. Paris: Éd de Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. *Choses dites*. Paris: Éd de Minuit, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire. L'Économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença*. Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Editora Zouk, 2001.

BOURDIEU, Pierre. *Sur l'Etat. Cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris: Seuil/Raison, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art. Genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992

BOURDIEU, Pierre. *Os herdeiros. Os estudantes e a cultura*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2015.

BOUVERESSE, Jacques. *La force de la règle. Wittgenstein et l'intervention de la necessite*. Ed. Minuit, 1987.

BOUVERESSE, Jacques. Règles, dispositions et habitus. *Revue Critique*, Paris, v. 51, n. 579-580, 1995.

CASSIRER, Ernest. *A filosofia das formas simbólicas*. I- A linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001

CARREIRO, Gamaliel da Silva. A Situação da Sociologia no Ensino Médio no Maranhão. In: CARVALHO FILHO, Juarez Lopes de; SOUZA FILHO, Benedito (Orgs.). *Sociologia e educação: desafios da formação de professores para o ensino de sociologia na educação básica*. 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2018. p. 81-119.

CARREIRO, Gamaliel da Silva; SOUSA, Antônio Paulino; CARREIRO, Paula Katiana da Silva. O Programa Mais Médicos E Seus Impactos No Mercado De Trabalho Médico Do Brasil. *Revista de Política Públicas da UFMA*, São Luís, v. 25, n. 1, p. 414-427, 2020. DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v25n1p414-427>.

CHOMSKY, Noam. *Le langage et la pensée*. Paris: Payot, 2001.

DUFOUR, Dany Robert. L'apport de certaines sciences du langage aux sciences de l'éducation. *Revue française de pédagogie*, Paris, v. 84, 1988. DOI: <https://doi.org/10.3406/rfp.1988.1445>. Disponível em: www.persee.fr. Acesso em: 15 ago. 2013.

FRANÇA, Katia Cilene Ferreira. *Português falado e escrito: O Enem em questão*. Fortaleza: Editora UFC, 2011.

FOUCUALT, Michel. *A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOBLOT, Edmond. *A barreira e o nível. Retrato da burguesia francesa na passagem do século*. Campinas: Papirus, 1989.

JAKOBSON, Roman. *Essais de linguistique Générale*. Paris: Minuit, 1974.

LABOV, William. *Padrões sociolingüísticos*. Trad. M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTINET, André. *Eléments de linguistique Générale*. Paris: A. Colin, 1970.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

OSTROWETSKY, Sylvia. Langage et fait social. *Langage et société*, Provence, n.1, p. 3-31, 1977. DOI: <https://doi.org/10.3406/lsoc.1977.1033>. Disponível em: www.persee.fr. Acesso: 15 ago. 2013.

SAUSSURE, Ferdinand. *Cours de linguistique générale*. Lausanne: Payot, 1995.

SOUSA, Antonio Paulino. *Didática e Metodologia: Percursos Históricos e Constituição de Disciplinas*. Formação de professor de língua portuguesa: quando a linguagem e o ensino se encontram. São Paulo: Paulistana, 2010,

SOUSA, Antonio Paulino. *Teoria Crítica, Educação e Formação Profissional*. 1. ed. São Luis: EDUFMA, 2005.

SOUSA, Antonio Paulino. *Consolidação e fecundidade de um sistema conceitual*. A sociologia da Educação de Pierre Bourdieu. 1. ed. Rio de Janeiro: CBJE, 2012.

SOUSA, Antonio Paulino. Língua e sociedade: influências mútuas no processo de construção sociocultural. *Educação e Emancipação*, São Luís, v. 10, p. 260-285, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v10n3p260-285>.

SOUSA, Antonio Paulino. *Economia, história e teoria da prática em Bourdieu*. São Paulo: Paulistana, 2015.

VASCONCELOS, José Geraldo; SOUSA, Antonio Paulino (Orgs.). *Educação, Política e Modernidade*. Fortaleza: Edições UFC, 2006. p. 13-25.

Data de registro: 07/01/2025

Data de aceite: 18/06/2025